

CONSTRUINDO NOS ARQUIVOS O CONHECIMENTO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Antonieta d'Águia Nunes

Universidade Federal da Bahia – antonietaan@terra.com.br

Introdução

A História da Educação é um ramo da História que muito tem se desenvolvido nos últimos 40 anos, sobretudo por interesse dos educadores que se formaram nos programas de Pós graduação em vários pontos do país.

Os historiadores originalmente não costumavam tomar a educação como um objeto específico de estudo, como se pode constatar em obras que coletivamente davam conta dos avanços em História: as mais antigas sobre metodologia da pesquisa histórica como Bauer – *Introduccion al estudio de la Historia* (1957), Samaran (dir) – *L'Histoire et ses méthodes* (1967), ou Rodrigues – *Teoria da História do Brasil* (1978), e mesmo as mais recentes, que ampliavam o campo de estudo da História, como Le Goff e Pierre Nora – *Novos objetos da História* (1976); Ciro F. Cardoso e Ronaldo Vainfas – *Domínios da História* (1997). Todas elas, aos mencionarem os vários ramos da História “esqueceram” da História da Educação.

Recentemente, porém, desde 1984 a Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), que se reúne anualmente, criou o Grupo de Trabalho História da Educação onde se expõem os trabalhos recentes dos professores; em 1986 na UNICAMP se formou o Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR), realizando anualmente seminários, também com apresentação de comunicações livres. Na reunião da ANPED em 1999 foi fundada a Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) que desde 2000 vem fazendo congressos bianuais (CBHE), com participação crescente de professores de História da Educação de todo o país, devendo o IV realizar-se em Goiânia, Goiás, de 5 a 8 de novembro de 2006. Também a Associação nacional de Professores Universitários de História (ANPUH) tem recentemente incluído entre seus grupos de trabalho o de Ensino de História e Educação, com Simpósios Temáticos dedicados à História da Educação.

Construindo o Conhecimento

A palavra conhecimento é polisêmica, referindo-se, segundo Lalande (1967,p.180) a: 1) o ato de conhecer; 2) à

coisa conhecida; e se aplica: a) à simples apresentação de um objeto ou b) ao fato de compreendê-lo. A História, segundo Marrou (s/d,p.29) é o conhecimento cientificamente elaborado do passado.

O conhecimento que se tem de uma determinada realidade, de algum fato é sempre construído socialmente e há todo um ramo da Sociologia que trata das relações entre o pensamento humano e o contexto social dentro do qual surge (BERGER/ LUCKMANN,1976,p.15). Estes autores parte do fato de que a própria realidade é construída socialmente e que a Sociologia do Conhecimento deve analisar o processo em que este fato ocorre (*Id.,ib.,p.11*).

Mas não vamos tratar aqui da Sociologia do Conhecimento, e sim da construção social do conhecimento em História da Educação. Por onde começar?

Embora vários dos trabalhos de História da Educação tenham recentemente sofrido a influência da chamada História Cultural, o que leva às vezes alguns jovens e inexperientes estudiosos a julgarem desnecessário mergulhar na poeira comum aos papéis velhos guardados em arquivos, por preferirem discorrer sobre novos temas baseados somente nas aplicações à realidade de novas teorias, no uso intensivo das estatísticas e da bibliografia já existente, ou mesmo recorrendo apenas a histórias de vida e fontes orais por eles mesmo colhidas, não se pode esquecer que a construção do conhecimento histórico, qualquer que seja ele, passa necessariamente pela consulta à informação contida em algum documento. Langlois e Seignobos começaram a sua obra *Introdução aos Estudos Históricos* (1946) com a hoje famosa frase: A história se faz com documentos (p.15), e a conclusão da mesma obra com outra sentença a este respeito: Ao historiador incumbe reunir e dispor os documentos, de maneira a torná-los utilizáveis (p.221).

Os documentos se constituem nas fontes nas quais o pesquisador vai buscar as informações que precisa para configurar um quadro de idéias e esclarecer as dúvidas em relação ao seu objeto de pesquisa. Já fonte tem, por sua vez, também um sentido específico para os pesquisadores.

Conceituando e Classificando Termos

Fonte Histórica, segundo Bauer, pode ser, no sentido mais amplo da palavra, *todo lo que nos proporciona el material para la reconstrucción de la vida histórica* (BAUER,1957, p.218). **Fonte de Informação** pode ser: a) documento original, crônica, testemunho, a partir do qual são tratados os elementos para determinados estudos e investigações (FA-

RIA/PERICÃO,1988,p.148) ou b) todos os tipos de meios (suportes) que contêm informações suscetíveis de serem comunicadas (ARRUDA & CHAGAS,2002,p.99)

As fontes podem ser classificadas em **primárias**, ou originais, quando se acessa por primeira vez uma determinada informação ou quando se recorre a documentos originais e autênticos; e **secundárias**, ou de segunda mão, a que se tem acesso através de outra obra, autor ou pessoa, como quando se faz a revisão de literatura sobre o assunto que se quer estudar e se apreende várias informações que até então se desconhecia ou que são pouco divulgadas e conhecidas, mas que são corretas pelo procedimento científico do autor que as revelou. Em geral os documentos custodiados em arquivos ou nas seções de manuscritos das bibliotecas, são considerados fontes primárias, mas os que já estão publicados, ou que são transcritos em obras de algum outro autor, escritor ou historiador, são considerados fontes secundárias.

Pode-se, então, concluir que **Fontes Documentais** são todo tipo de material documental que forneça informações para o estudo ou investigação que se faz.

Documentos Escolares seriam aqueles que se referem aos elementos relacionados com a vida e atuação da instituição escolar. As fontes documentais escolares são, portanto, os diversos tipos de documento, em seu sentido amplo, de que se lança mão nos estudos históricos sobre alguma instituição escolar, sobre um sistema de ensino, uma política educacional, etc., tendo como referência a instituição social que contribui para a formação básica, superior ou permanente dos cidadãos.

Os documentos, ou fontes documentais, em geral são custodiadas em ARQUIVOS, que, sendo palavra igualmente polissêmica, pede esclarecimento. Como vocábulo, apresenta múltiplos sentidos, dos quais dois são os importantes para este estudo:

1. Conjunto de documentos, qualquer que seja sua data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por pessoa física ou jurídica, um organismo público ou privado, no exercício de suas atividades, e conservados, por um período determinado ou de modo permanente, para fins de prova ou de informação. De acordo com a natureza do suporte, o arquivo terá a adjetivação respectiva: arquivos documentais (papel), audiovisuais, cartográficos, cinematográficos, fotográficos, iconográficos, informáticos etc.
2. Organismo, instituição ou entidade administrativa encarregada de controlar e conservar os arqui-

vos, correntes e intermediários, recolher, conservar, classificar, inventariar e comunicar os arquivos permanentes. De acordo com o tipo e frequência de uso dos documentos, os arquivos podem ser denominados de correntes, intermediários e permanentes e, segundo a propriedade e responsabilidade de manutenção, os arquivos podem ser públicos ou privados, federais, estaduais ou municipais, diplomáticos, militares, pessoais, empresariais, industriais, bancários, hospitalares, escolares, eclesiásticos, paroquiais, de irmandades, de empresas, de famílias, etc. (NUNES, 1990, verbete Arquivo)

O conjunto de documentos sob custódia de um arquivo (no 2º sentido), biblioteca ou outra entidade, forma o **Acervo Documental** (ALVES *et alii*, 1993, p.3).

Arquivo Escolar é o conjunto de documentos produzidos ou recebidos pela escola no exercício de suas atividades, e conservados, por um período determinado [e depois recolhido à Secretaria de Educação ou ao arquivo público local] ou de modo permanente, para fins de prova ou de informação. Em geral é a Secretaria da escola que guarda tais documentos: Regimento Interno, Projeto Pedagógico, atos de criação ou autorização de funcionamento da escola, de nomeação de diretores, funcionários e professores, matrículas de alunos, cadernetas dos professores, programas das disciplinas, boletins escolares, livros de atas, cópia dos convênios e contratos feitos pela escola, documentos da contabilidade escolar, etc.

Os arquivos podem ser **públicos**, quando pertencentes a entidades públicas, ou **privados**, quando organizados e possuídos por entidade de Direito Privado.

Formulando o Conhecimento em História da Educação

O pesquisador em História da Educação, uma vez escolhido o seu tema e formulado o seu problema, precisará ir às fontes buscar informações fidedignas que possam configurar o seu assunto e responder às suas questões de pesquisa, esclarecendo os pontos inicialmente desconhecidos ou obscuros.

Para isto, além da revisão da literatura já publicada em livros, artigos de periódicos regulares ou anais de encontros e congressos, terá que se dirigir às instituições custodiadoras de documentos originais: os arquivos.

Dependendo do assunto que esteja estudando, mas em geral quase sempre, ele poderá se dirigir aos arquivos públi-

cos, governamentais nos vários níveis (federal, estadual, municipal), que trazem documentos sobretudo de ordem administrativa, mas são muito informativos quanto a políticas educacionais, formação de redes escolares, etc. os arquivos das Secretarias de Educação ou de escolas públicas, ou arquivos particulares, de alguma instituição educativa privada, que interesse de alguma forma ao seu estudo.

Pode também, se o desejar, fazer mesmo o estudo de caso de uma determinada instituição escolar desde suas origens, vendo seu público alvo e o tipo de ensino que nela é ministrado, metodologia adotada, conceito que formou a seu próprio respeito no bairro ou cidade em que funciona, resultados concretos do seu trabalho, etc.

O Trabalho nos Arquivos

Desde 1978 a profissão de arquivista já foi oficializada em nosso país, existem cursos de nível superior que formam tais profissionais, e um Conselho Nacional de Arquivos que regulamenta os vários procedimentos a serem realizados em diferentes tipos de arquivos.

Na maioria das instituições arquivísticas a que o historiador da educação se dirige, portanto, já devem existir profissionais encarregados da organização de todos os documentos por elas custodiados, de sua classificação, conservação e descrição em guias ou inventários que facilitem a localização do documento procurado. Estes Guias são em geral publicados, e se encontram sempre na Sala de Pesquisa da instituição.

É preciso porém lembrar que a organização arquivística difere da organização de bibliotecas. Nestas últimas, a arrumação dos livros é feita através de uma classificação universalmente adotada, que agrupa todas as obras por assunto, segundo grandes divisões e suas variadas subdivisões. Nos arquivos, porém, o que vale é o princípio da procedência, e os documentos são organizados de acordo com a estrutura e atividades da instituição que produziu o documento.

Um conhecimento fundamental para o organizador da documentação dos arquivos, sobretudo públicos, é o de História Administrativa: do país, do estado, da cidade. Os diversos governos, as secretarias que compunham o poder executivo, os órgãos dos poderes legislativo e judiciário e suas subdivisões, para adequadamente se estabelecerem os fundos documentais (em geral o órgão de onde provieram os documentos) e dentro deles, os grupos de documentos, as séries e subséries.

A Prefeitura de São Paulo em 1992 publicou uma História da Administração Pública da cidade para subsidiar a reforma administrativa que então se estava realizando.

Para facilitar o trabalho tanto de arquivistas quanto de pesquisadores, o Arquivo Nacional publicou e a Ed. Nova Fronteira reeditou uma importante obra para a época colonial, sob a coordenação de Graça Salgado: *Fiscais e Meirinhos, a administração no Brasil Colonial*. E, para o período Imperial, o livro *Organizações e programas ministeriais – Regime parlamentar no Império*.

É necessário lembrar que antigamente, se e onde havia arquivos, sobretudo públicos, eles custodiavam **toda** a documentação produzida e recebida pelas diversas repartições públicas, de qualquer dos três poderes, porém mais recentemente os poderes Legislativo e Judiciário passaram a organizar seus próprios arquivos e o Arquivo Público tradicional tem agora se restringido a custodiar a documentação do Poder Executivo e seus vários Ministérios (se nacionais) ou suas diversas Secretarias (se estaduais ou municipais).

Mas ocorre ainda que, quando já custodiava em seu acervo permanente documentos dos outros poderes, eles não foram ainda reclamados pelos poderes competentes e continuam a ser custodiados no Arquivo original, hoje mais voltado ao recolhimento e preservação da documentação do Poder Executivo, como já foi dito.

Assim sendo, as perguntas que o pesquisador em fontes primárias precisa sempre se fazer são: Que tipo de documento pode ter sido produzido que possa ter alguma informação sobre o meu tema de pesquisa? Que instituição(ões) poderia(m) ter produzido tais documentos? O que desejo está em arquivo público ou privado? Se público, de que poder; Executivo, Legislativo ou Judiciário? Onde poderão ser encontradas outras fontes primárias de interesse?

Geralmente os arquivos têm em suas Salas de Pesquisa algum historiador ou arquivista que possa orientar os pesquisadores a respeito da documentação custodiada naquele arquivo que seja de interesse para o que eles estão pesquisando, e guias e inventários que indicam os documentos existentes. Também os arquivos possuem biblioteca de suporte, pois muitos documentos são produzidos sob forma impressa, obrigatoriamente como leis, relatórios de presidentes de província, governadores, etc. e o bibliotecário pode também indicar qual funcionário poderia ser consultado para orientar a pesquisa em fontes primárias.

A pesquisa em arquivos, dependendo do período de tempo que se queira estudar, requer do pesquisador um certo conhecimento de Paleografia, das abreviaturas (existem di-

cionários quanto a isto, disponibilizados nas Salas de Pesquisa dos maiores arquivos), identificação dos signatários, cujas assinaturas nem sempre são de fácil leitura, etc.

É importante, portanto, conhecer os Arquivos existentes na cidade em que cada um vive, nas capitais dos estados e do país, e ter uma noção do tipo de documentação que custodiam. Hoje já vários arquivos possuem sites e podem ser consultados por Internet para se saber da existência ou não de documentos pertinentes ao tema que se está estudando.

Várias instituições de pesquisa já se preocuparam mesmo em elaborar guias de arquivos e de seus acervos para orientar pesquisadores.

O extinto Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP, por inspiração de Anísio Spínola Teixeira, se preocupou em organizar um Guia de fontes para o estudo da educação no Brasil. Na concepção original de Anísio Teixeira, estes Guias de Fontes deveriam ser feitos estado por estado da federação. Na Bahia, foi o prof. Luís Henrique Dias Tavares que, desde 1955, pesquisou as fontes existentes neste estado sobre a História da Educação e produziu a obra *Fontes para Estudo da Educação no Brasil Bahia*, publicado pelo Centro Regional de Pesquisas Educacionais (CRINEP) do INEP-MEC em 1959. Esta publicação, tornou-se raridade depois de 1964, com a extinção deste Centro, seguida da perda da sua biblioteca. Recentemente, no entanto, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) através do Departamento de Educação, Campus 1, Núcleo de Pesquisa e Extensão e Mestrado em Educação e Contemporaneidade, através do seu projeto Memória da Educação, reeditou este livro, preciosíssima fonte de consulta para os pesquisadores baianos.

As instituições públicas têm sempre uma política de publicação ou dos seus guias de pesquisa ou mesmo de transcrições de preciosos documentos, o que, além de facilitar a consulta para o pesquisador, preserva o documento da deterioração por freqüente manuseio, nem sempre devidamente hábil ou cuidadoso. A Biblioteca Nacional, por exemplo, editou antigamente vários volumes de seus Documentos Históricos. O Arquivo do Estado de São Paulo fez o mesmo com seus Documentos Interessantes.

O Arquivo Público do Estado da Bahia, em seus Anais, vem publicando relações do material por ele custodiado, sempre com a ementa que identifica o assunto tratado no documento. Na década de 1990 publicou, em 1955 (vol. 52), um Guia da Colônia e, em 1997 (vol. 55), a 1ª parte do Guia da Província. Tem editado ementas das numerosíssimas Ordens

Régias que armazena, sempre por períodos determinados de tempo, dado o grande volume da documentação existente.

Conclusão

Qualquer que seja o tema ou problema estudado pelo historiador da educação, ele precisará colher informações fidedignas que lhe permitam elaborar o seu quadro de resultados e chegar às conclusões de sua pesquisa. Tais informações encontram-se preferencialmente em documentos custodiados nas instituições que têm como objetivo justamente conservar a memória de uma determinada cidade, estado ou país, a administração de um nível qualquer de governo, ou ainda de uma instituição educativa específica.

Os arquivos são, portanto, por excelência, o *locus* onde os pesquisadores podem encontrar as informações de que precisam para construir o seu conhecimento sobre determinado assunto de interesse.

E cabe ainda aos estudiosos da História da Educação um outro papel, paralelo ao de pesquisador: o de incentivadores da adequada conservação, preservação e organização dos acervos documentais das instituições escolares.

Muitas vezes os administradores escolares não têm uma preocupação maior com a preservação e cuidado do seu acervo documental, e caberá aos pesquisadores chamar-lhes a atenção para a importância de tais medidas não só para a garantia dos direitos individuais de todos os que se relacionaram com a escola, como também para informação histórica em momentos futuros.

Para isto, caberá aos professores interessados em História da Educação visitar as várias escolas da região e procurar saber como andam seus respectivos arquivos.

Em seguida oferecer trabalho voluntário de alunos ou iniciandos científicos e mestrands, sob supervisão do professor orientador, para ajudar a organizar a documentação e mesmo levantar a história da instituição.

Também é importante a formação de Bancos de Dados digitais com as várias leis educacionais do país ou estado, posturas municipais referentes ao ensino, criação de escolas, nomeação, transferência, licenças ou aposentadoria de professores, etc., e disponibilizar tais Bancos de dados para livre uso das diversas instituições escolares, outros pesquisadores interessados ou mesmo pessoas da comunidade.

Conhecer e trabalhar junto ao Secretário de Educação Municipal para se criar uma consciência coletiva de todo o município sobre a importância da preservação do acervo documental local para a devida recuperação da sua história.

Por fim, trabalhar com professores e alunos das escolas da região a respeito da relevância de preservar o acervo documental, não só para atestar a garantia de direitos das pessoas envolvidas com a escola, mas também possibilitar várias reconstruções históricas da instituição escolar.

É um trabalho de cidadania consciente, crítica, atuante e constante, mas que felizmente já um grande número de grupos institucionalizados de pesquisadores em História da Educação e mesmo professores interessados no assunto de algumas cidades já vêm realizando, para o bem dos futuros estudiosos da educação em nossos tempos atuais.

Referências Bibliográficas

ALVES, Ivone *et alii*. **Dicionário de Terminologia arquivística**. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993. 257 p.

ANPUH (Associação Nacional de Professores Universitários de História) **XXIII Simpósio Nacional – História: Guerra e Paz**, 17 a 22 de julho de 2005. **Programas e Resumos**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina/ANPUH. 2005. 579 p.

ARAÚJO, Marta Maria de. Tempo de balanço: a organização do campo educacional e a produção histórico-educacional brasileira e da região nordeste in *Revista Brasileira de História da Educação* São Paulo: SBHE/ Autores Associados, nº 5, p.9-41, janeiro/julho 2003.

ARQUIVO NACIONAL. Graça Salgado (coord.) **Fiscais e Meirinhos – a administração no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira / Brasília: INL, 1985 (Publicações Históricas, 86)

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. ANAIS do Arquivo Público do Estado da Bahia: Guia da Colônia. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo / APEB, 1955. v. 52. 44 p.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. ANAIS do Arquivo Público do Estado da Bahia: Guia da Província. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo / APEB, 1955. v. 52. 142 p.

ARRUDA, Susana Margaret & CHAGAS, Joseane. **Glossário de Biblioteconomia e Ciências afins**. Florianópolis: Futura, 2002. 229 p. (Tem anexo separata com Normas de Referência e de citações)

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos in PINSKY, Carla Bassanezi (org.) **Fontes Históricas**, São Paulo: Contexto, 2005, p.23-79.

BAUER, Wilhelm. **Introducción al estudio de la Historia**. Traduzido da 2ª edição alemã e Notas por Luis G. de Valdeavellano. 3ª ed. Barcelona: Bosch, Casa Editorial, 1957. 626 p.

- BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade – Tratado de Sociologia do Conhecimento**. 4ª ed. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1976. 247 p.
- BONTEMPI JÚNIOR, Bruno. A historiografia da Educação em Portugal e no Brasil: convergências e desafios in *Revista Contemporaneidade e Educação* ano V, nº 7, p.34-50, 1º semestre 2000.
- BURKE, Peter. **Uma história social do Conhecimento. De Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. 241 p.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História – ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. 508 p.
- FARIA, Maria Isabel & PERICÃO, Maria da Graça. **Dicionário do Livro**. Lisboa: Guimarães Editores, 1988 340 p.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.) **Arquivos, Fontes e Novas Tecnologias – questões para a história da educação**. Campinas,SP: Autores Associados / Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 2000. 160 p. (Col. Memória da Educação)
- LALANDE, André. **Vocabulário técnico y crítico de la Filosofía**. Traduzido da 9ª ed. francesa por Oberdan Caletti. Buenos Aires: El Ateneo, 1967. 1251 p.
- LANGLOIS, Charles V. e SEIGNOBOS, Charles. **Introdução aos Estudos Históricos**. Trad. De Laerte de Almeida Moraes. São Paulo: Editora Renascença, 1946. 244 p.
- LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. **História: novos objetos**. Trad. Terezinha Marinho. Revisão técnica de Gadiel Perruci. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. 235 p.
- LOMBARDI, José Claudinei & NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs.) **Fontes, História e Historiografia da Educação**. Campinas,SP: Autores Associados / HISTEDBR; Curitiba,PR: PUCPR / Palmas, PR:UNICS / Ponta Grossa,PR: UEPG, 2004. 226 p. (Coleção Memória da Educação)
- MARROU, H.I. **Do Conhecimento Histórico**. Tradução de Ruy Belo. Lisboa: Editorial Áster, s/d. 293 p.
- MATOS, Maria Teresa Navarro de Britto / NUNES, Antonietta d'Aguiar e CABRAL, Ilma da Silva. Os arquivos e a memória da Educação na Bahia: recordando localmente para conhecer globalmente. Trabalho apresentado no VI CINFORM realizado em Salvador, 15 a 17 junho 2005, 15 p., publicado no site www.cinform.ufba.br//Vlanais\trabalhos.htm
- MATTOSO, José. **A Escrita da História. Teoria e Métodos**. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. 212 p.
- MONARCHA, Carlos (org.) **História da Educação Brasileira – formação do campo**. Prefácio de Antonio Nóvoa. 2ª

ed. ampl. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. 352 p. (Coleção fronteiras da educação)

NUNES, Antonietta de Aguiar. **Dicionário de Documentação**. Salvador: Escola de Biblioteconomia e Documentação da UFBA, 1990. 395 p. (Monografia de final de curso de Especialização em Arquivologia)

PINSKY, Carla Bassanezi (org.) **Fontes Históricas**, São Paulo: Contexto, 2005, 302 p.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira – a organização escolar**. São Paulo: Cortez & Moraes Ltda, 1978. 139 p.

RODRIGUES, José Honório. **Teoria da História do Brasil (Introdução Metodológica)**. 5ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978. 500 p.

SAMARAN, Charles (dir.) **L'Histoire et ses Méthodes**. Bruges (Belgique): Ed. Gallimard, 1967. 1773 p. (Encyclopédie de la Pléiade.v.11)

SÃO PAULO (SP). Prefeitura. **O poder em São Paulo: história da administração pública da cidade, 1554-1992**. São Paulo: Cortez / Prefeitura do Município de São Paulo, 1992. 159 p.

SAVIANI, Dermeval. Ensino, Pesquisa e Organização na formação do campo da História da Educação Brasileira, in MONARCHA (org.) **História da Educação Brasileira – formação do campo**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005, p.47-114.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **Fontes para o estudo da Educação no Brasil – Bahia**. 2ª ed. Salvador, Ba: Universidade do Estado da Bahia (UNEB), 2001/2001. 500 p. (Col. Memória da Educação na Bahia)

VIDAL, Diana Gonçalves e FARIA FILHO, Luciano Mendes. **As lentes da História – estudos de história e historiografia da educação no Brasil**. Campinas, S.P.: Autores Associados, 2005. 142 p.